



# GRU AIRPORT

AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO

Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.

CNPJ 15.578.569/0001-06

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - GRU Airport

A Administração da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. ("Companhia" ou "GRU Airport" ou "Aeroporto" ou "Concessionária") apresenta a edição anual do Relatório da Administração, das demonstrações financeiras em conjunto com o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras, e o parecer do Conselho Fiscal referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pela *International Accounting Standards Board* (IASB), as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB.

Todas as comparações realizadas neste relatório consideram dados realizados do exercício de 2024 e todos os valores estão em milhões de reais (R\$) e em valores nominais, exceto quando indicado.

### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

**Prezado acionista,**

Encerramos 2024 com um grande alcance: 43,6 milhões de passageiros totais movimentados, ultrapassando a marca recorde de 2019. Este número é reflexo, principalmente, do transporte de passageiros internacionais, que obteve 6,4% de crescimento em relação aos números pré-pandemia. O mercado de movimentação de cargas registrou uma recuperação significativa, ultrapassando os níveis pré-pandêmicos, com um aumento de 24,3% nas operações internacionais em relação a 2019. Em comparação com 2023, o crescimento total foi de 11,1%, consolidando a retomada do setor.

A GRU alcançou um marco histórico ao registrar cerca de 338 mil toneladas de carga, atingindo o maior volume de movimentação desde o início da concessão, refletindo um crescimento significativo de 19% em relação a 2019 e de 17,8% em comparação a 2023.

A Companhia seguiu consistente no avanço de sua posição estratégica como o maior hub da América do Sul e liderança no setor de cargas e passageiros. A alavancagem operacional foi outro fator importante para a manutenção da margem e liquidez da empresa. Os investimentos para aumento da capacidade e melhoria do serviço prestado foram retomados, com início da expansão do pier oeste no terminal 2. As parcerias estratégicas propiciaram um aumento dos destinos atendidos de 110 (em 2023) para 112. Nesta mesma direção, a operação de carga atingiu 55% do mercado de carga aérea internacional. A receita tarifária foi de R\$ 2 bilhões, montante 16,1% superior<sup>1</sup> ao ano de 2023, contribuiu para este desempenho a retomada na demanda de passageiros, na movimentação de aeronaves (MTA) e no volume de cargas.

Já a receita não tarifária foi de R\$ 1,7 bilhão em 2024, 17,1% superior ao R\$ 1,5 bilhão realizado em 2023. Tendo como principais destaques: (i) Duty Free; impulsionado pelo aumento de 12,1% no volume de passageiros internacionais; (ii) Salas VIP; com melhor desempenho dos *lounges* próprios em virtude do crescimento de 12,1% de passageiros internacionais; (iii) Combustíveis (Aeronaves) explicado pelo aumento do MTA de 4,9%.

Com a melhoria no desempenho operacional e nas receitas da Concessionária, os Custos & Despesas Operacionais aumentaram em 15,9% no exercício atrelado, ainda, a melhoria no nível de serviços aos usuários. O EBITDA, sem considerar o reequilíbrio da Covid-19 e projeto de implantação do Automated People Mover (APM), cresceu 18,8% (+ R\$ 381,0 MM) no ano, com ganho de 1,7 ponto percentual na margem EBITDA que atingiu 74%.

No ano passado, também foram realizados investimentos em segurança, revitalização dos pavimentos das pistas de taxiamento das aeronaves (*taxiways*) e Centrais de Pátios, ampliação da entrada centralizada do embarque do Terminal 2 (melhorando as instalações e áreas comerciais). Em parceria com a Brookfield, está em andamento a ampliação dos armazéns de carga, totalizando mais de 200 mil m<sup>2</sup> de área coberta e dobrando a capacidade do Terminal de Carga (Teca). A primeira fase do projeto soma 45 mil m<sup>2</sup> já concluída, enquanto a segunda fase com 165 mil m<sup>2</sup> está em implantação.

Em 17 de dezembro de 2024, a Concessionária assinou junto à Agência Nacional da Aviação Civil (Anac) o 11º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos, que prevê a prorrogação da vigência do mesmo por mais 16 meses em contrapartida à realização de R\$ 1,4 bilhão em investimentos em aumento de capacidade dos sistemas de pista, pátio e terminais, dentre outras disposições. Em 2024, GRU Airport registrou lucro de R\$ 26,2 milhões, representando um expressivo crescimento em relação ao prejuízo de R\$ 193,4 milhões em 2023. Este incremento de R\$ 219,6 milhões é explicado pela melhor performance operacional, impulsionada pelo aumento de passageiros, movimentação de aeronaves e volume de cargas.

<sup>1</sup> <https://horus.labtrans.ufsc.br/genercial?auth=s#Movimentacao/Desempenho>

### ESTRUTURA SOCIETÁRIA

A Companhia tem acionistas o Aeroporto de Guarulhos Participações S.A., com 51%, e a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), com 49%. O Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. tem como acionistas a Invepar, com 80% de participação, e a *Airports Company South Africa* (ACSA), com 20%.

A Invepar<sup>2</sup> é uma *holding* de infraestrutura de transporte, atuando nos segmentos de aeroportos, mobilidade urbana e rodovias desde os anos 2000. O portfólio atual é composto por quatro concessões operacionais, incluindo duas rodovias e o Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos.

A Infraero<sup>3</sup> é uma empresa pública federal brasileira de administração indireta, vinculada ao Ministério dos Transportes, com 50 anos de experiência no setor e está entre as maiores operadoras aeroportuárias do mundo. Detém ainda, participação acionária de 49% nos aeroportos de Guarulhos (SP), Viracopos (SP), Brasília (DF), Confins (MG) e Galeão (RJ).

A ACSA<sup>4</sup> é uma empresa sul-africana que opera concessões de aeroportos e administra uma rede de nove aeródromos na África do Sul, incluindo as três principais portas internacionais da O.R. Tambo International, Cape Town International e King Shaka International Airports.

<sup>2</sup> <https://ri.invepar.com.br/central-de-resultados/>

<sup>3</sup> <https://transparencia.infraero.gov.br/sobre-a-infraero/>

<sup>4</sup> <https://www.airports.co.za/about-us/airports-company/company-profile>

### ANÁLISE DO SETOR AEROPORTUÁRIO BRASILEIRO

Segundo dados da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), foram transportados, em voos domésticos e internacionais, 118,3 milhões de passageiros aéreos em 2024, um crescimento de 5,6 milhões (+4,9%) quando comparado ao ano anterior.

No segmento doméstico, foram 93,4 milhões de passageiros movimentados em 2024, 2,1% acima do movimento de 2023. Já o segmento internacional, depois da queda em 2020 e 2021, cresceu 17,5% da demanda em relação ao ano anterior, somando 24,9 milhões de passageiros internacionais em 2024.

### PRINCIPAIS INDICADORES OPERACIONAIS

Desempenho Operacional	2024	2023	Var. %
<b>Nº Total de Passageiros incluindo conexões (Milhões)</b>	<b>43,6</b>	<b>41,3</b>	<b>5,5%</b>
Nº Total de Passageiros Internacionais (MM)	15,7	14,0	12,1%
Nº Total de Passageiros Domésticos (MM)	27,9	27,3	2,1%
<b>Movimentação de Aeronaves (MTA) Total Mil</b>	<b>288,1</b>	<b>274,9</b>	<b>4,8%</b>
MTA Internacional (Mil)	79,5	72,4	9,8%
MTA Doméstico (Mil)	208,6	202,5	3,0%
<b>Volume de Cargas<sup>1</sup> (Mil Tons)</b>	<b>338,0</b>	<b>286,9</b>	<b>17,8%</b>
Companhias Aéreas <sup>2</sup>	36	35	2,9%
Destinos <sup>3</sup>	112	110	1,8%
Vagas de Estacionamento <sup>4</sup>	7.900	7.812	1,1%
Estabelecimentos Comerciais <sup>5</sup>	352	348	1,1%

<sup>1</sup> Volume de cargas faturadas no terminal de cargas de GRU Airport (TECA) - (desconsidera volume *courier*);

<sup>2</sup> Considera apenas as companhias aéreas que realizaram voos regulares;

<sup>3</sup> Considera apenas destinos servidos por voos regulares de passageiros;

<sup>4</sup> Incluindo vagas para motocicletas;

<sup>5</sup> Não considerados ATMs, Comodato, Depósitos, Locações Temporárias, Vending Machines e Secure Bags.

### TOTAL DE PASSAGEIROS

A movimentação de passageiros internacionais registrou um crescimento significativo de 12,1% em comparação com 2023. O melhor desempenho observado em 2024 versus 2023 é atribuído aos aumentos de frequências nos destinos Roma, Assunção, Milão, Joanesburgo, Buenos Aires, Lisboa, Orlando, Los Angeles com a Latam; Madri com Iberia; Punta Cana com Arjet; Buenos Aires com Flybondi e Aerolíneas; Bariloche, Mendoza, Ushuaia, Salta e San Martín de Los Andes com a Aerolíneas Argentinas; Lisboa com a TAP; Miami com American Airlines; Londres com a British Airways; Bogotá com Avianca; e Montreal com Air Canada. Ainda houve lançamento de novos voos como Bogotá, San Jose e Aruba com a Got; Madri-Peruim com a Air China; Santiago com a Turkish Airlines; Munique com a Lufthansa; Medellín com a Avianca; e Casablanca com a Royal Air Maroc.

O segmento doméstico registrou um crescimento de 2,1% na movimentação de passageiros em comparação com 2023. No último mês do ano, foram servidos 56 destinos domésticos regulares no Brasil, o que já é superior ao período pré-pandemia, sendo novamente um sinal da robustez do Aeroporto e da sua função de *hub*.

<sup>6</sup> <https://www.gov.br/anac/pt-br/assuntos/dados-e-estatisticas/dados-estatisticos/dados-estatisticos>

### MOVIMENTAÇÃO DE AERONAVES

A movimentação total de aeronaves (MTA) vem se recuperando de forma mais lenta que o número de passageiros. Esse fato pode ser explicado pelo menor número de aeronaves disponíveis no mercado, causada pela paralização das encomendas durante o Covid e problemas na produção que ainda persistem, o que contribuiu para *load factors* mais elevados e tarifas médias mais altas. A movimentação total apresentou um crescimento de 4,8% em comparação com 2023. Esse aumento foi impulsionado principalmente pelos voos internacionais, que registraram um crescimento de 9,8%, enquanto os voos domésticos tiveram uma elevação de 3% em relação ao ano de 2023.

### VOLUME DE CARGAS

Em 2024, GRU se consolidou como principal terminal logístico para cargas internacionais, responsável por 55% das importações e exportações aéreas no Brasil, superando os 54%<sup>6</sup> registrados em 2023. O terminal movimentou 54% de toda a carga importada e 57% das exportações. Esse aumento no *market share* destaca a consolidação do Terminal de Cargas (Teca GRU) no mercado e o crescimento da movimentação de cargas no país. Entre os produtos mais transportados estão itens do segmento automotivo (25%), farmacêutico (18%), maquinário (15%) e eletrônico (10%).

O aumento súbito e atípico do volume e alteração da tipologia da carga aérea recebida no Teca GRU, ao longo do ano de 2024, provocaram o acúmulo de cargas nas áreas de armazenagem, afetando diretamente o nível de serviço prestado.

Como ações para retomada do nível de serviço ideal, algumas ações foram realizadas, como: (i) suspensão temporária do recebimento de cargas secas internacionais; (ii) adição de 2 novos recintos para armazenagem e entrega de cargas secas de importação; (iii) concessão de descontos aos finais de semana para estimular a redução do estoque com o aumento da entrega de carga; e (iv) contratação de mão de obra adicional para aumento de performance no processo de expedição na área de importação. Todas estas ações colaboraram para a retomada do fluxo logístico no Terminal de Cargas que segue normalizada.

<sup>6</sup> <https://horus.labtrans.ufsc.br/genercial?auth=s#Movimentacao/Desempenho>

### VAGAS DE ESTACIONAMENTO

No ano passado, registrou-se, ainda, uma média de 7.900 vagas de estacionamento disponíveis, em comparação com 7.812 vagas no ano de 2023, o que representa um aumento de 1,1%. No mês de dezembro, foi inaugurado o serviço de *Vallet*, disponível para os passageiros na área de embarque do Terminal 3, proporcionando maior comodidade aos usuários que optarem por contratar o serviço.

### DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITAS	2024	2023	Var. %
<b>Receita Operacional (R\$ MM)</b>	<b>2.030,0</b>	<b>1.749,2</b>	<b>16,1%</b>
Receita Tarifária	2.030,0	1.749,2	16,1%
Receita Não Tarifária	1.720,5	1.469,5	17,1%
<b>Receita Bruta Ajustada</b>	<b>3.750,5</b>	<b>3.218,7</b>	<b>16,5%</b>
Dedução da Receita Bruta	(489,6)	(410,0)	19,4%
<b>Receita Líquida Ajustada<sup>1</sup></b>	<b>3.260,9</b>	<b>2.808,7</b>	<b>16,1%</b>

<sup>1</sup> Desconsidera receita de construção.

### RECEITAS TARIFÁRIAS

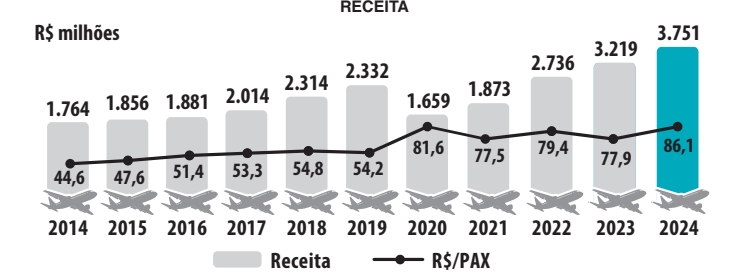
São receitas devidas pelos clientes dos serviços aeroportuários tais como tarifas de embarque e conexão para passageiros, e tarifas de pouso e permanência, para aeronaves e as tarifas ligadas ao terminal de cargas como armazenagem e capatazia.

A receita tarifária foi de R\$ 2 bilhões, sendo 16,1% superior ao ano de 2023. Contribuiu para este desempenho a retomada na demanda de passageiros, na movimentação de aeronaves (MTA) e no volume de cargas.

### RECEITAS NÃO TARIFÁRIAS

São receitas ocorridas mediante a celebração de contratos com terceiros para a exploração de espaços dentro do complexo aeroportuário ou receitas de serviços. Dentre elas, podemos destacar as receitas de cessão de espaço para lojas e restaurantes, salas VIP, estacionamento, publicidade e serviços aos passageiros.

A receita não tarifária foi de R\$ 1,7 bilhão em 2024, 17,1% superior ao ano de 2023. Tendo como principais destaques: (i) Duty Free, impulsionado pelo aumento de 12,1% no volume de passageiros internacionais; (ii) Salas VIP, com melhor desempenho dos *lounges* próprios e maior quantidade de acesso em virtude do crescimento de passageiros internacionais; e (iii) Combustíveis (Aeronaves) explicado pelo aumento do MTA de 4,8%.



### CUSTOS E DESPESAS

Custos e Despesas (R\$ MM)	2024	2023	Var. %	Var. R\$
<b>Custos &amp; Despesas Operacionais Ajustados<sup>2</sup></b>	<b>(484,3)</b>	<b>(361,4)</b>	<b>34,0%</b>	<b>(122,92)</b>
Pré Outorga Variável	(364,9)	(314,3)	16,1%	(50,60)
Outorga Variável	(849,2)	(675,7)	25,7%	(173,51)
Custos & Despesas Operacionais Ajustados <sup>2</sup>	(1.116,4)	(1.020,8)	9,4%	(95,60)
Depreciação & Amortização	(1.965,6)	(1.696,5)	15,9%	(269,11)
Reequilíbrios <sup>3</sup>	9,4	117,3	-91,9%	(107,93)

<sup>1</sup> Considera reembolso de condomínio, PECLD, outras despesas administrativas e reequilíbrios;

<sup>2</sup> Desconsidera os impactos do IFRS em relação ao custo de construção, depreciação e amortização;

<sup>3</sup> Considera reequilíbrios APM, COVID, Teca Teca e APAC.

### CUSTOS COM PESSOAL

Os custos com pessoal aumentaram cerca de R\$ 14 milhões, representando um crescimento de 11,6%. Esse aumento deve-se a um incremento no número de funcionários, adequando à maior demanda aeroportuária visando o melhor desempenho operacional e nível de serviço da Concessionária e ainda, em 2024, houve reajuste nos custos de assistência médica.

### CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO

Os custos de conservação e manutenção tiveram um acréscimo de 11%, principalmente em razão de custo para a melhoria no nível de serviços de conservação e limpeza, maior demanda por materiais de movimentação de carga, aquisição de materiais e insumos descartáveis, além de manutenções de equipamentos e reforma de carrinhos de bagagem.

### CUSTOS OPERACIONAIS

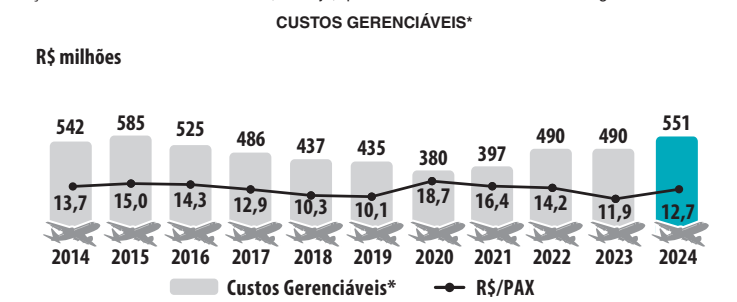
Os custos operacionais também cresceram 17,3%, totalizando um incremento de R\$ 37,6 milhões, impulsionado pelo aumento na demanda, principalmente pela contratação para atendimento ao Controle Migratório, consumo de energia elétrica e inspeção de bagagens.

### DESPESAS ADMINISTRATIVAS

As despesas administrativas apresentaram um aumento de R\$ 60,2 milhões, pelo provisionamento para contingência relativa ao processo em que se discute a incidência do ICMS sobre os encargos setoriais de transmissão e distribuição de energia elétrica (TUST/TUSD), compensado parcialmente pela reversão da PECLD em decorrência do recebimento principalmente de companhias aéreas e ainda os efeitos dos reequilíbrios econômico-financeiro da implantação do Automated People Mover (APM) e Covid-19 registrados em 2023.

### OUTORGA VARIÁVEL

A rubrica de outorga variável apresenta variação desfavorável em relação a 2023, uma vez que tem relação direta com as receitas do ano, ou seja, quanto maior a receita maior a outorga variável.



\*Desconsidera PECLD, Contingências, Outras Receitas/Despesas, Reembolso de Condomínio e Outorga Variável.

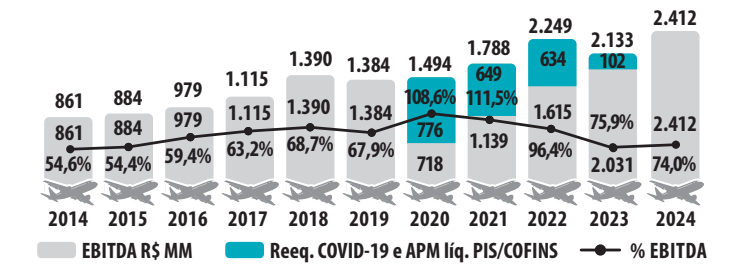
### EBITDA E MARGEM EBITDA

EBITDA e Margem Ebitda (R\$ MM)	2024	2023	Var. %	Var. R\$
<b>EBIT</b>	<b>1.295,3</b>	<b>1.112,2</b>	<b>16,5%</b>	<b>183,1</b>
(+) Depreciação & Amortização	1.116,4	1.020,8	9,4%	95,6
<b>EBITDA<sup>1</sup></b>	<b>2.411,7</b>	<b>2.133,0</b>	<b>13,1%</b>	<b>278,7</b>
(-) Ajustes	0,0	0,0	0,0%	0,0
(-) Receita de Construção (IFRS)	(70,4)	(38,9)	80,8%	(31,5)
(+) Custo de Construção (IFRS)	70,4	38,9	80,8%	31,5
<b>EBITDA Ajustado<sup>2</sup></b>	<b>2.411,7</b>	<b>2.133,0</b>	<b>13,1%</b>	<b>278,7</b>
Receita Líquida Ajustada	3.260,9	2.808,7	16,1%	452,2
<b>Margem EBITDA (%)</b>	<b>74,0%</b>	<b>75,9%</b>	<b>-2,0 p.p</b>	

<sup>1</sup> Resolução CVM nº 156/22;

<sup>2</sup> Desconsidera os impactos do IFRS em relação a receita e custo de construção.

### EBITDA\*

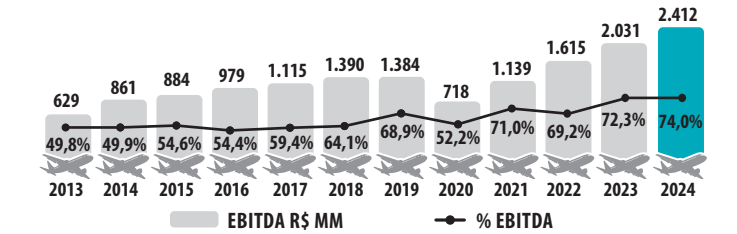


\*Ajustado: considera o valor de reequilíbrio COVID-19 (líquido de PIS/COFINS) dos anos de 2020 a 2023 e reequilíbrio APM (líquido de PIS/COFINS) em 2022 e 2023.

### EBITDA E MARGEM EBITDA (SEM REEQUILÍBRIOS COVID E APM)

EBITDA e Margem Ebitda (R\$ MM)	2024	2023	Var. %	Var. R\$
<b>EBIT</b>	<b>1.295,3</b>	<b>1.112,2</b>	<b>16,5%</b>	<b>183,1</b>
(+) Depreciação & Amortização	1.116,4	1.020,8	9,4%	95,6
(-) Reequilíbrios COVID e APM	0,0	(102,3)	-100,0%	102,3
<b>EBITDA</b>	<b>2.411,7</b>	<b>2.030,7</b>	<b>18,8%</b>	<b>381,0</b>
Receita Líquida Ajustada	3.260,9	2.808,7	16,1%	452,2
<b>Margem EBITDA (%)</b>	<b>74,0%</b>	<b>72,3%</b>	<b>1,7 p.p</b>	

### EBITDA\*



\*Ajustado: desconsidera o valor de reequilíbrio COVID-19 (líquido de PIS/COFINS) dos anos de 2020 a 2023 e reequilíbrio APM (líquido de PIS/COFINS) em 2022 e 2023.

### RESULTADO LÍQUIDO

Resultado Líquido (R\$ MM)	2024	2023	Var. %
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>(49,5)</b>	<b>(282,0)</b>	<b>-82,4%</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>75,7</b>	<b>88,7</b>	<b>-14,7%</b>
Corrente	(32,7)	(3,5)	834,3%
Diferido	108,4	92,2	17,6%
<b>Lucro/Prejuízo líquido do exercício</b>	<b>26,2</b>	<b>(193,4)</b>	<b>-113,6%</b>

Em 2024, o lucro líquido do exercício foi de R\$ 26,2 milhões, R\$ 219,6 milhões maior em relação ao ano anterior. O impacto positivo é representado pela melhor performance operacional impulsionada pelo





Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.

CNPJ 15.578.569/0001-06

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

em conta a favor do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), a título de outorga fixa. Em conformidade com os aditamentos ao contrato de concessão em 2017, 2020, 2023 e 2024 que alteraram o fluxo de pagamento da outorga fixa original, nos termos da Lei nº 13.499/2017, decorrente da reprogramação, permanecendo inalterado o valor presente líquido da outorga fixa original. O contrato de concessão também prevê a realização do pagamento da contribuição variável anual que corresponde ao montante, em reais, resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre a totalidade da receita bruta anual. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%. **Bens integrantes da concessão:** Integram a concessão os bens necessários a prestação do serviço de exploração aeroportuária já disponibilizados pelo poder público e incorporados à operação da Concessionária, tais como edificações, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos, pistas de pouso e decolagem, pátios de manobra, dentre outros. b) Direitos e deveres: Deveres gerais: Durante o período do contrato, a Concessionária tem por obrigação manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, os bens necessários à prestação dos serviços que integram a concessão, além de manter um sistema de atendimento físico e eletrônico ao usuário e uma ouvidoria para apurar as reclamações relativas aos serviços prestados. Investimentos: Os custos com obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no contrato de concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela Concessionária. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados ao complexo aeroportuário. c) Remuneração da Concessionária: **Receitas tarifárias:** São constituídas, pelas tarifas de embarque, conexão, pouso e permanência, armazenagem e capitania. **Receitas não tarifárias:** São constituídas, por cessão de espaço inerentes à exploração dos espaços comerciais e outros. d) Transferência da concessão e do controle societário: A Concessionária e seu acionista privado não poderão realizar qualquer modificação direta ou indireta nos respectivos controles societários ou transferir a concessão sem a prévia e expressa anuência da ANAC, sob pena de caducidade do contrato. e) Utilização do complexo aeroportuário: **Disposições gerais:** A Concessionária poderá celebrar com terceiros, prestadores de serviços de transporte aéreo, de serviços auxiliares ao transporte aéreo ou exploradores de outras atividades econômicas, contratos que envolvam a utilização de espaço no complexo aeroportuário, sendo que, a remuneração será livremente pactuada entre a Concessionária e a outra parte contratante.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e bancos	11.840	18.157
Aplicações em CDB e Fundos de Investimento lastreadas em títulos públicos	835.348	572.256
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	847.188	590.413

As aplicações financeiras são representadas por produtos diversificados que incluem CDB de curto prazo e fundos de investimentos lastreados em títulos públicos federais do Tesouro Nacional com remuneração média ponderada de 102,5% do CDI (104,7% do CDI em 31 de dezembro de 2023), investimentos de curto prazo e de alta liquidez.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	1.767.186	917.993
Conta Pagamento/ Reserva Outorga	1.767.186	917.993
Não circulante	167.882	194.159
Saldo Reserva	167.882	194.159
Total de aplicações financeiras vinculadas	1.935.068	1.112.152

A Concessionária possui aplicações em fundos de investimentos não exclusivos, de renda fixa, cuja carteira é composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações lastreadas nestes títulos. Os saldos nas contas reservas outorgas são destinados ao pagamento da Outorga fixa e variável. Os saldos são remunerados pela taxa média de 99,2% do CDI (101,0% do CDI em 31 de dezembro de 2023) sem prazo de carência, com baixo risco, que servem para compor os saldos das contas reservas: da conta pagamento, da conta outorga fixa e da conta outorga variável, destinado ao cumprimento das obrigações dos contratos de financiamentos e de cessão fiduciária de direitos creditórios firmado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e os Bancos Repassados (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itau BBA e Bradesco), além do representante dos debenturistas de ambas emissões, representado pelo Agente Fiduciário.

6. CONTAS A RECEBER

	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber tarifárias		
Aeronaves	121.552	152.425
Armazenagem	29.573	30.757
	151.125	183.182

Contas a receber não tarifárias

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas acessórias	225.741	225.874
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	(87.224)	(120.083)
Total contas a receber	289.642	289.642
Não circulante	279.920	254.701
	9.722	34.272

Em 31 de dezembro de 2024, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Total líquido de liquidação	Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	Saldos vencidos							
			<30 dias	61 a 90 dias	91 a 120 dias	121 a 150 dias	>180 dias			
31 de Dezembro de 2024	289.642	(87.224)	285.111	20.503	6.888	4.274	3.043	2.403	2.959	51.685

Em 31 de dezembro de 2023, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Total líquido de liquidação	Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	Saldos vencidos							
			<30 dias	61 a 90 dias	91 a 120 dias	121 a 150 dias	>180 dias			
31 de Dezembro de 2023	288.973	(120.083)	324.740	18.290	20.609	2.934	5.539	4.715	4.855	27.374

Em 31 de dezembro de 2024, a perda estimada com crédito de liquidação duvidosa é de R\$ 87.224 (R\$ 120.083 em 31 de dezembro de 2023). Movimentação na perda estimada com crédito de liquidação duvidosa:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo no início do período/exercício	(120.083)	(85.964)
Constituição/Reversão	32.051	(35.529)
Baixa para perdas	809	1.410
Saldo no fim do exercício	(87.224)	(120.083)

A Concessionária avaliou as possíveis perdas de créditos no que representa a incerteza quanto ao recebimento a partir da estimativa de risco da carteira de clientes, aplicando julgamento e avaliação para a provisão ou não através das perdas incorridas e avaliação financeira pelo método de perdas esperadas. Após identificação de utilização do critério de perdas estimadas, a Concessionária aplica o percentual de provisão estabelecida para cada faixa de *aging*. Tendo em vista, o impacto da COVID-19, alguns clientes foram expurgados da matriz de provisões e avaliados individualmente. Devido à deterioração da situação financeira de alguns clientes e dados históricos dos recebíveis, a Administração mensurou como perda incorrida o valor integralmente provisionado para o período, independentemente do vencimento ou não dos títulos. Mediante recebimento de valores inadimplidos, a Concessionária realiza a reversão das provisões anteriormente realizadas. Em 31 de outubro de 2023, a Southrock Capital Ltda, à época, na qualidade de detentora das marcas Starbucks, Subway, Brazil Airport Restaurantes entre outras do setor de alimentos e bebidas ingressou com o pedido de recuperação judicial junto à Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP (local onde estão concentradas as principais atividades, administração e o patrimônio da empresa), afim de proteger o seu interesse privado e garantir a continuidade de sua atividade empresarial. O processo de recuperação judicial encontra-se em fase final de deliberação, aguardando aprovação do PPLJ (Plano de Recuperação Judicial), a partir do qual a Concessionária terá a opção de tornar-se credora estratégica para recebimento do crédito quirografário concursal com melhores condições (em menor prazo e sem deságio).

7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos a recuperar

	31/12/2024	31/12/2023
PIS e COFINS	33.567	33.727
IRPJ e CSLL - antecipações e impostos retidos	24.869	47.398
Total dos impostos a recuperar - circulante	58.436	81.065
PIS e COFINS - não circulante	288.372	308.388
	346.808	389.453

O montante de PIS e COFINS apresentado em impostos a recuperar é composto em sua maioria pelos créditos das contribuições sobre os investimentos, os quais são compensados à medida da amortização dos bens contabilizados no ativo intangível. Conforme o OCP/05, o ativo intangível é amortizado em função da curva estimada de demanda, pelo prazo da concessão. O montante de IRPJ e CSLL apresentado em impostos a recuperar refere-se em sua maioria ao IRRF sobre os rendimentos de aplicação financeira em 2024. b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: A Concessionária, em conformidade com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro (IAS 12) e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias que não possuem prazo prescricional, cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente ou quando existirem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções. A Concessionária considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, consequentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos ao longo do prazo da concessão, espelham objetivos e metas a serem atingidos. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados como segue:

Natureza

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo diferido		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.368.770	1.342.240
Total	1.368.770	1.342.240
Passivo diferido		
Outorga fiscal e margem de construção(*)	(343.258)	(388.333)
AVP outorga fiscal e reequilíbrio	43.609	6.210
Arrendamentos	(1.519)	(880)
Total	(301.168)	(383.003)
Saldo ativo diferido líquido	1.067.602	959.237

(\*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre outorga fiscal e margem de construção, oriundos do extinto Regime Tributário de Transição (RTT), são amortizados mensalmente pelo prazo restante do contrato de concessão, conforme Inciso IV do artigo. 69 da Lei nº 12.973/14.

Movimentação do saldo do ativo diferido:

	31/12/2024	Constituição	Realização	31/12/2023
IRPJ e CSLL ativo diferido	1.368.770	44.462	(17.932)	1.342.240
A Concessionária estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos fiscais nos seguintes exercícios:				
				<b>Ativo</b>
2025				55.284
2026				58.838
2027				77.888
2028 a 2033				1.176.780
				1.368.770

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva prevista para ocorrer nos próximos anos. **Conciliação entre imposto de renda e contribuição social - alíquota nominal e efetiva:** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

c) Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

	31/12/2024	31/12/2023
Imposto de renda e contribuição social		
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(49.452)	(282.087)
Alíquota nominal do imposto de renda e contribuição social	94%	94%
	16.814	95.910
Diferenças permanentes	(2.379)	24
Imposto de renda e contribuição social diferido constituído/não constituído	61.240	(7.254)
Total dos impostos no resultado - diferido	75.745	(8.250)

Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2024	31/12/2023
Corrente	(32.690)	(3.477)
Diferido	108.365	92.157
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	-153%	-31%

O valor acumulado, até 31 de dezembro de 2024 de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não constituídos é de R\$ 1.340.621 (R\$ 1.401.089 em 31 de dezembro de 2023).

d) Impostos a recolher

	31/12/2024	31/12/2023
Impostos sobre receita PIS e COFINS	28.127	26.237
ISSQN	9.557	8.115
	37.684	34.352
Impostos retidos sobre serviços	7.341	5.601
Impostos sobre o lucro	-	575
Circulante	45.025	40.528

8. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas da Concessionária, sejam elas administradores, acionistas ou coligadas, são aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas informações financeiras. Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do Artigo nº 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiar-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Concessionária. A tabela a seguir apresenta o valor total das transações realizadas com partes relacionadas:

Parte relacionada	Transação	Relação	31/12/2024		Resultado
			Circulante	Passivo circulante	
INFRAERO (i)	Acordo de liquidação das obrigações	Acionista direto	-	-	777
	Folha de pagamento de funcionários a serviço				
INVEPAR (ii)	GRU e cessão de espaço	Acionista indireto	10	521	116
			10	521	893

Parte relacionada	Transação	Relação	31/12/2023		Resultado
			Circulante	Passivo não Resul-tado	
INFRAERO (i)	Repasse de receita/custo	Acionista direto	-	3.238	16.723
	Folha de pagamento de funcionários a serviço				
INVEPAR (ii)	GRU e cessão de espaço	Acionista indireto	10	668	- 113
			10	3.906	16.723 1.066

a) Sumário das transações entre partes relacionadas: (i) Em março de 2023 foi realizado o Instrumento de Encontro de Contas e Liquidação de Obrigações entre a Concessionária do Aeroporto de Guarulhos e o acionista direto, Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, com o objetivo de liquidar e alinhar as datas de pagamento do montante acordado entre as partes correspondente às receitas e gastos decorrentes da transição do início da operação da Concessão do montante a pagar de R\$ 19.173 a valores de outubro de 2021, que será corrigido pelo IPCA até a data de seu pagamento conforme acordo realizado. Em dezembro de 2023 a Concessionária pagou a primeira parcela referente ao acordo realizado através do Instrumento de Encontro de Contas e Liquidação de Obrigações no montante de R\$ 1.613 e em junho de 2024 houve a liquidação total do contrato no montante de R\$ 20.738. (ii) O passivo com o acionista indireto INVEPAR decorre de gastos com funcionários cedidos a Concessionária. O ativo com o acionista indireto INVEPAR decorre de cessão de espaço. Em março de 2022 e dezembro de 2023 a Concessionária efetuou a compra de equipamentos de informática usados da INVEPAR nos seguintes valores R\$ 277 e R\$ 147. Durante o ano de 2024, a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO realizou pagamentos à Concessionária no montante de R\$ 4 referentes a cessão de espaço. b) Remuneração do pessoal-chave da Administração: A remuneração dos diretores e das demais pessoas chave da Administração durante o exercício foi a seguinte:

	31/12/2024			31/12/2023		
	Fixa	Outros	Total	Fixa	Outros	Total
Diretores	5.391	1.964	7.355	5.740	1.873	7.613
Conselho de administração e fiscal	1.406	283	1.689	1.108	222	1.330
Total	6.797	2.247	9.044	6.848	2.095	8.943

A remuneração da Administração e dos principais executivos é determinada, considerando o desempenho dos indivíduos e as tendências de mercado. A remuneração global máxima da Administração aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 26 de abril de 2024 para o exercício de 2024, é de R\$ 9.340. Em 31 de dezembro de 2024, o passivo da Concessionária com obrigações com pessoal da administração totalizava R\$ 3.533 (R\$ 2.983 em 31 de dezembro de 2023).

10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição da dívida

Credor	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	31/12/2024		31/12/2023	
					Saldo inicial	Juros incorridos	Saldo inicial	Juros incorridos
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	2,88%	1.209.442	100.965	264.901	(92.978)
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	0,00%	1.993	156	(443)	(155)
BNDES (a)	Finem Repasse indireto	dez/27	TJLP	3,40%	524.726	46.171	(114.074)	(42.674)
Daycoval	Arrendamentos	ago/25	CDI	7,71%	4.920	763	(2.963)	(329)
Total					1.741.081	148.055	(382.381)	(136.136)
Parcela do circulante					386.297	-	-	-
Parcela do não circulante					1.354.784	-	-	-

(a) Banco do Brasil, Bradesco, Itau e Caixa Econômica Federal.

Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos são capitalizados em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será devida proporcionalmente à finalização de cada fase. No período findo em 31 de dezembro de 2024, não houve capitalização (R\$ 13.212 em 31 de dezembro de 2023). Composição dos empréstimos de longo prazo por ano de vencimento:

	31/12/2024	31/12/2023
2026	453.359	-
2027	494.318	-
	947.677	-

**Financiamento de longo prazo - Finem Repasse Direto:** Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES no valor de R\$ 2,4 bilhões dividido em quatro subcréditos: (i) "subcrédito A" no valor de R\$ 1,5 bilhão, (ii) "subcrédito B1" no valor de R\$ 435.000, (iii) "subcrédito B2" no valor de R\$ 487.000, e (iv) "subcrédito C" no valor de R\$ 17.000. Os juros incidentes sobre o valor principal dos subcréditos A e B são de 2,88% ao ano acrescidos a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do subcrédito C é remunerado somente através da TJLP. O valor principal tem vencimento em 15 de dezembro de 2027. As liberações dos valores são realizadas mediante as demandas.

**Financiamento de longo prazo - Finem Repasse Indireto:** Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento Mediante Repasse de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), junto aos bancos: Banco do Brasil S.A., Banco Itaú BBA S.A., Caixa Econômica Federal, cada um dos bancos, ficaram com o percentual de 20%, no valor total de R\$ 1,03 bilhão dividido em três subcréditos: (i) "subcrédito A" no valor de R\$ 643.000; (ii) "subcrédito B1" no valor de R\$ 187.000; e (iii) "subcrédito B2" no valor de R\$ 209.000. Os juros incidentes sobre o valor principal são de 3,40% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), com vencimento do valor principal em 15 de dezembro de 2027. As liberações dos valores são realizadas mediante a demanda. **Garantias e cláusulas restritivas financeiras:** Os Contratos de Financiamento de Longo Prazo relacionados aos contratos firmados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), aos bancos repassados e às debêntures de 1ª emissão e de 2ª emissão, representados pelo agente fiduciário que possuem as seguintes garantias e cláusulas restritivas: • Os financiamentos são garantidos através do: (i) penhor da totalidade dos direitos creditórios da concessão através do contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios, de administração de contras e outras avenças; e (ii) penhor de ações dos acionistas, com o contrato e penhor de ações e outras avenças do Aeroporto de Guarulhos Participações (GRUPAR) e contrato de penhor de ações e outras avenças da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO); • A Concessionária possui o contrato de suporte de atividades e outras avenças (ESA - Equity Support Agreement) que é parte integrante e inseparável do contrato de financiamento com o BNDES, que impõem a obrigação por parte dos acionistas de aportar na Concessionária o valor necessário para o pagamento integral e anual da Outorga, englobando as contribuições fixa e variável; e • Os contratos de financiamento de longo prazo possuem obrigações financeiras, *covenants*, que obrigatoriamente deverão ser apresentados após a conclusão de todas as obras financiadas, e servem exclusivamente de base para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio acima do mínimo obrigatório. **Arrendamentos:** Em 11 de fevereiro de 2019, a Concessionária firmou contrato de arrendamento com o Banco Daycoval para o projeto de modernização dos equipamentos e sistemas de estacionamento do site aeroportuário. Em 28 de agosto de 2020, foi assinado o TRA - Termo de recebimento e aceitação do arrendamento celebrado junto ao Banco Daycoval. O montante foi classificado no intangível na rubrica de investimentos para concessão.

11. DEBÊNTURES

1ª Emissão: Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de janeiro de 2014, foi aprovada a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de

Debêntures	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Saldo inicial		Juros incorridos		Pagamento do principal		Pagamento de juros		Custo de emissão	Saldo final
				31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024				



# GRU AIRPORT AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO

Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.  
CNPJ 15.578.569/0001-06

## Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Fimdos em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

• Pagamento da contribuição fixa de 2020 em duas parcelas, com 50% vencendo em 18 de dezembro de 2020, e os outros 50% a serem pagos junto com as outorgas fixas dos anos de 2029, 2030 e 2031; e

• Postergação dos vencimentos das outorgas de 2021, 2022, 2023 e 2024 passando de 11 de julho para 18 de dezembro de cada ano. As informações foram divulgadas ao mercado através de fato relevante enviado em 18 de dezembro de 2020. **Repactuação - Termo aditivo nº 010/2023:** Em 04 de agosto de 2023, a Concessionária assinou junto à Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC) o 10º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos que reprogramou os pagamentos das outorgas fixas, da seguinte forma: • Pagamento do saldo residual de 50% da contribuição fixa de 2021 junto com as parcelas de 2027, 2028 e 2029; • Postergação dos vencimentos das outorgas de 2025, 2026 e 2027 passando de 11 de julho para 18 de dezembro de cada ano e; • Alteração no fluxo de pagamento das contribuições fixas de 2021 e 2022. As informações foram divulgadas ao mercado através de fato relevante enviado em 04 de agosto de 2023. **Repactuação - Termo aditivo nº 011/2024:** Em 17 de dezembro de 2024, a Concessionária assinou junto à Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC) o 11º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos que prevê a extensão do prazo da vigência do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos por mais 16 meses, em contrapartida à realização de R\$ 1,4 bilhão em investimentos, dentre outras disposições. As informações foram divulgadas ao mercado através de fato relevante enviado em 19 de dezembro de 2024. **Outorga variável:** Além da contribuição fixa, a Concessionária também se compromete a pagar a contribuição variável que corresponderá ao montante em reais resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre o total da receita bruta anual, deduzida dos cancelamentos, devoluções e descontos incondicionais. Sua receita bruta anual observada pela Concessionária excede os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%. Em maio de 2024, a Concessionária pagou o montante correspondente a R\$ 319.587, referente a parcela da outorga variável de 2023. **Reequilíbrio econômico financeiro - Cargas Importadas em trânsito:** (Decisão nº 191 da ANAC de 22 de dezembro de 2016). Em 30 de outubro de 2014, a Concessionária protocolou junto à ANAC o pedido de revisão extraordinária do equilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão em razão da alteração contratual efetuada pela Decisão nº 121 da ANAC, de 13 de novembro de 2012, que teve como objetivo a alteração unilateral das tarifas aplicáveis aos serviços de Armazenagem e Capatazia, referentes às cargas importadas em trânsito. Tal regime tarifário diferiu pontualmente em relação àquele aplicável à Infraero no tocante ao mecanismo de cálculo das tarifas aeroportuárias aplicáveis ao mercado de carga importada. Entre as alterações, destaca-se o tratamento dispensado às cargas em trânsito para zona primária e trânsito internacional. Em 22 de dezembro de 2016, a diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) aprovou a 1ª Revisão Extraordinária do contrato de concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos em R\$ 113.844 com o objetivo de recompor o seu equilíbrio econômico financeiro. Conforme estabelecido na Decisão nº 191 da ANAC, a parcela da contribuição fixa devida em cada ano será deduzida pelo valor aplicável conforme tabela a seguir:

Ano	Valor a ser deduzido
2016	32.796
2017	7.143
2018	6.862
2019	6.580
2020	6.298
2021	6.019
2022	6.745
2023	5.521
2024	5.299
2025	5.025
2026	4.760
2027	4.505
2028	4.259
2029	4.022
2030	3.796
2031	3.593
2032	1.621
Total	113.844

Os valores estabelecidos na tabela serão revisados quando da realização de revisões periódicas do fluxo de caixa marginal e eventuais diferenças relativas às estimativas dos anos anteriores deverão ser compensadas no pagamento da contribuição fixa seguinte à conclusão do processo de revisão. O valor a ser descontado em cada ano deverá ser atualizado pelo IPCA-IBGE, acumulado entre abril de 2016 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução ANAC nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondente. Em 17 de agosto de 2021, mediante revisão extraordinária da Decisão 191 da ANAC, foi analisado detidamente as informações e os impactos da tributação sobre o valor dessa recomposição contratual, concluindo que o reequilíbrio devido até o final da concessão aumentou em R\$ 56.738 passando o saldo remanescente a ser de R\$ 145.806, a valores de março de 2021. **Reequilíbrio econômico financeiro - Novas exigências para alfandagem:** (Decisão nº 138 da ANAC de 04 de agosto de 2020): Em 07 de março de 2019, a Concessionária interpôs o pedido de revisão extraordinária do contrato de concessão relativo ao evento "Novas exigências para alfandagem". A Concessionária sustenta que em razão de alteração da regulamentação da Receita Federal do Brasil - RFB, materializada pela Portaria nº 1001, de 06 de maio de 2014, teria sido obrigada a arcar com os custos decorrentes de contratação de pessoal habilitado para a operação dos equipamentos de inspeção não invasiva (escâneres) nas áreas de alfandagem, despesas as quais eram anteriormente suportadas pela própria RFB. Em 04 de agosto de 2020, conforme Decisão nº 138, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos com o objetivo de recompor seu equilíbrio econômico-financeiro. A parcela da contribuição fixa devida em 2020 será deduzida pelo valor referente ao desequilíbrio verificado entre 2014 e 2020, correspondente a R\$ 10.082 a valores de agosto de 2014. Os valores serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado entre agosto de 2014 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual devida em 2020, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondente. A partir de 2021, a parcela a ser deduzida da contribuição fixa em cada ano corresponderá a valores indicados na tabela contida no anexo desta Decisão para o mesmo ano, os quais também deverão ser atualizados considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acumulado entre agosto de 2014 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela referida Resolução nº 355, de 2015, proporcional ao número de meses correspondentes, conforme tabela abaixo.

Ano	Valor a ser deduzido
2014	1.040
2015	2.026
2016	1.675
2017	1.630
2018	1.354
2019	1.223
2020	1.134
2021	1.061
2022	994
2023	930
2024	871
2025	816
2026	764
2027	714
2028	669
2029	627
2030	587
2031	549
2032	504
Total	18.968

**Reequilíbrio econômico financeiro - COVID-19:** Em razão dos prejuízos causados pela pandemia da COVID-19, com o objetivo de recompor o equilíbrio econômico financeiro da Concessionária, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do contrato de concessão. (Decisão nº 563 da ANAC de 04 de novembro de 2022). O valor do desequilíbrio verificado em 2022, corresponde ao montante de R\$ 304.218, a valores de 18 de dezembro de 2022, concedido com base em valores realizados para os meses de janeiro a setembro de 2022 e projetados para os meses de outubro a dezembro de 2022. Em 16 de agosto de 2023 em continuidade à revisão do montante em que trata a Decisão, concluiu-se após a análise do Fluxo de Caixa Operacional Pós COVID-19, atualizado pelo valor realizado para os meses de outubro a dezembro de 2022 o montante de R\$ 313.594. Deste reequilíbrio, a Concessionária compensou: (i) a parcela da outorga fixa a pagar de 2022 com vencimento em 18 de dezembro de 2022, no montante de R\$ 37.497; (ii) o montante de R\$ 266.344 referente a outorga variável de 2022, com vencimento em 15 de maio de 2023 e (iii) a parcela da outorga fixa a pagar de 2023 com vencimento em 18 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 29.363. (Decisão nº 642 da ANAC de 07 de dezembro de 2023). O valor do desequilíbrio verificado em 2023, corresponde ao montante de R\$ 44.395, a valores de 18 de dezembro de 2023, o montante foi compensado com a parcela da outorga fixa a pagar de 2023 com vencimento em 18 de dezembro de 2023. Em agosto de 2024, após a revisão e aprovação do fluxo de caixa marginal pela agência, concluiu-se que a Concessionária deve devolver o montante de R\$ 23.505 para a data-base de dezembro de 2023. O montante foi atualizado e pago junto a parcela da outorga fixa em 18 de dezembro de 2024. **Reequilíbrio econômico financeiro - Automated People Mover:** (Oitavo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de 18 de fevereiro de 2022). Em 18 de fevereiro de 2022 passou a vigorar o 8º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão em cumprimento à decisão ministerial proferida no Ofício nº 271/2020/GM/Minfra, para (i) incluir investimento no Contrato de Concessão para elaboração de projeto, construção, operação e manutenção do sistema de conexão rápida, no formato *people mover*, entre a estação Aeroporto, linha 13 - Jade da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e o Aeroporto Internacional de Guarulhos/SP; e (ii) promover, em razão de tal inclusão, a respectiva Revisão Extraordinária com vistas à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato com a compensação da arrecadação da Contribuição Mensal. (vide nota explicativa nº 15). O projeto denominado APM - *Automated People Mover* terá o investimento relativo à elaboração do projeto e construção em seu valor original de R\$ 376.058, porém atualizado pelo índice INCC-DI apurado de dezembro de 2019 a fevereiro de 2022 correspondente ao total de R\$ 470.971. (Nono Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de 16 de dezembro de 2022). Em 16 de dezembro de 2022 passou a vigorar o 9º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão com vistas a: (i) destinar o valor residual do reequilíbrio econômico-financeiro relativo à elaboração do projeto e construção do APM, após a extinção da contribuição mensal trazida pela Lei 14.368 de 14 de junho de 2022, o montante de R\$ 49.273 compensado com a contribuição fixa de 2022 e (ii) incluir no montante a ser reequilibrado após o início da operação do APM, o valor de R\$ 1.242 ao mês, atualizado pelo IPCA a valores de dezembro de 2020, para ser compensado da contribuição fixa.

### 13. PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Concessionária é parte em processos administrativos e ações judiciais perante órgãos públicos e tribunais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, tributárias, administrativas, cíveis e outros assuntos, como apresentado a seguir:

	31/12/2023	Provisões	Reversões	Atualização	31/12/2024
Provisão para riscos					
Trabalhistas	26.267	2.509	(8.626)	753	20.313
Cíveis	6.312	844	(140)	169	7.775
Administrativos	707	974	(1.507)	195	369
Tributárias	11	23.267	-	-	23.278
Total	33.297	27.594	(10.273)	1.117	51.735

A Concessionária, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que as provisões registradas são suficientes para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis.

### Riscos possíveis - Valores não provisionados

	31/12/2024	31/12/2023
Provisão para riscos		
Tributários (a)	1.007.459	827.124
Cíveis (b)	236.845	212.013
Administrativo (c)	48.295	20.539
Trabalhistas (d)	14.840	306
Total	1.307.439	1.059.906

a) **Riscos tributários:** Existem Autos de Infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, cujos objetos, em sua maioria, estão relacionados à atividade de armazenagem de mercadorias sob pena de perimento

nos armazéns do Aeroporto. Autos de Infração lavrados pela Prefeitura do Município de Guarulhos arguindo a cobrança de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), que nesta data encontram-se com a exigibilidade suspensa e, ainda, lançamentos de Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) dos anos de 2013 a 2024, também realizados pela Prefeitura do Município de Guarulhos, já impugnados, e com decisões desfavoráveis com relação aos anos de 2013 a 2023, sendo que para o lançamento de 2024 ainda não houve decisão administrativa. No que diz respeito aos anos de 2013 a 2023, foi impretado Mandado de Segurança com pedido liminar para que seja determinada a nulidade dos julgamentos administrativos e realizado novos julgamentos, o que foi deferido liminarmente. Neste caso, caso a cobrança seja declarada devida pelo Poder Judiciário, a Concessionária entende ser possível requerer o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão junto à ANAC. b) **Riscos cíveis:** Processos de natureza indenizatória promovidos por passageiros, motivados por furto ou extravio de bagagem/carga ou outros fatos ocorridos dentro do Aeroporto cuja responsabilidade está sendo imputada à Concessionária, ou processos promovidos porcessionários de área aeroportuária (lojistas, companhias aéreas, outros) e fornecedores, relativos de pleitos de indenização, cobrança de valores, obrigação de fazer, ou outras naturezas. Os principais processos estão relacionados a ações indenizatórias que buscam o reconhecimento de responsabilidade civil da Concessionária, decorrentes de discussões contratuais e por supostos inadimplimentos, ainda sem decisão definitiva ou suspensos. c) **Riscos Administrativos:** Autuações oriundas de autoridades administrativas, como ANAC, Anvisa, IpeM-SP/Inmetro, Prefeitura do Município de Guarulhos, Receita Federal do Brasil, com instauração dos respectivos processos administrativos nos quais a Concessionária figura no polo passivo da ação. Em dezembro de 2024, a Receita Federal do Brasil (RFB) lavrou um Auto de Infração devido a supostas falhas de informação na entrega intermediária de mercadorias importadas. O auto de infração foi impugnado e aguarda decisão de primeira instância administrativa. d) **Riscos trabalhistas:** A Concessionária é parte em diversos processos de natureza trabalhista, cujos objetos importam, em sua maioria, pedidos de condenação subsidiária decorrentes de contratos de prestação de serviços (terceirização), estes processos representam 82% do total das contingências. Em 2024, a Concessionária, em decorrência do reconhecimento da responsabilidade subsidiária, discute o benefício de ordem para pagamento das condenações. Esse processo encontra-se em fase de execução. e) **Depósitos recursais e judiciais:** Em 31 de dezembro de 2024, a Concessionária possuía R\$ 35.085 em depósitos recursais e judiciais (R\$ 32.858 em 31 de dezembro de 2023).

### 14. RECEITA DIFERIDA

	Saldo inicial 31/12/2023	Adição	Apropriação	Transferência	Saldo final 31/12/2024
Cessão de espaço	47.640	-	(48.832)	50.149	48.957
Reequilíbrio	14.618	-	(14.618)	14.371	14.371
Circulante	62.258	-	(63.450)	64.520	63.328
Cessão de espaço	320.426	16.492	-	(50.149)	286.769
Reequilíbrio	61.572	-	3.646	(14.371)	50.847
Não Circulante	381.998	16.492	3.646	(64.520)	337.616
Total	444.256	16.492	(59.804)	-	400.944

	Saldo inicial 31/12/2022	Adição	Apropriação	Transferência	Saldo final 31/12/2023
Cessão de espaço	41.025	-	(47.185)	53.800	47.640
Reequilíbrio*	14.301	91.644	(105.945)	14.618	14.618
Circulante	55.326	91.644	(153.130)	68.418	62.258
Cessão de espaço	314.392	59.834	-	(53.800)	320.426
Reequilíbrio	73.341	-	2.849	(14.618)	60.552
Não Circulante	387.733	59.834	2.849	(68.418)	381.998
Total	443.059	151.478	(150.281)	-	444.256

(\*) A adição/apropriação no período refere-se principalmente ao reequilíbrio APM.

A receita diferida da Concessionária está composta por contratos com lojistas, referente à cessão de espaço, como também o impacto do reconhecimento diferido da receita com o reequilíbrio econômico financeiro.

### 15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

**Capital social:** Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Concessionária é de R\$ 2.624.558 (em 31 de dezembro de 2023, era R\$ 2.624.558), sendo totalmente subscrito e integralizado. Composto por ações ordinárias escriturais e sem valor nominal.

	31/12/2024
Capital	
Ações ordinárias	2.624.558
Total	2.624.558

O Estatuto Social da Concessionária determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do período, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

### 16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional bruta tarifária		
Receita de aeronave e passageiros	1.135.115	1.027.804
Receita de armazenagem e capatazia	894.934	721.365
Total da receita operacional bruta tarifária	2.030.049	1.749.169
Receita operacional bruta não tarifária		
Receitas acessórias	1.720.472	1.469.516
Total da receita operacional bruta não tarifária	1.720.472	1.469.516
Total da receita operacional bruta tarifária e não tarifária	3.750.521	3.218.685
Deduções da receita bruta	(489.616)	(410.003)
Impostos sobre receita	(449.421)	(387.190)
Outras deduções	(40.195)	(22.813)
Receitas líquidas de serviços tarifários e não tarifários	3.260.905	2.808.682
Receita de construção	70.386	38.920
Receita operacional líquida	3.331.291	2.847.602

### 17. CUSTOS E DESPESAS

	31/12/2024	31/12/2023
Depreciação e amortização	(1.116.449)	(1.020.847)
Outorga variável	(364.911)	(314.314)
Serviços de terceiros	(156.797)	(129.833)
Pessoal e encargos	(133.694)	(119.764)
Conservação e manutenção	(112.776)	(101.614)
Custo de construção	(70.386)	(38.920)
Energia elétrica	(64.402)	(57.769)
Contingências	(25.636)	(6.019)
Consultoria e assessoria	(13.462)	(8.993)
Aluguéis e impostos	(12.151)	(11.167)
Seguros e garantias	(8.890)	(6.632)
Outros	1.227	(2.734)
Reequilíbrios econômicos financeiro	9.444	117.275
PECLD	32.859	(34.119)
Total	(2.036.024)	(1.735.450)
Custo dos serviços prestados	(1.865.591)	(1.678.655)
Despesas gerais e administrativas	(113.416)	(142.416)
Custo de construção	(70.386)	(38.920)
Outras receitas e despesas	13.369	124.541
Total	(2.036.024)	(1.735.450)

### 18. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	31/12/2024	31/12/2023
Receita financeira		
Juros sobre aplicações financeiras	265.950	273.316
Outras receitas financeiras	19.627	89.455
Total	285.577	342.771
Despesas financeiras		
Atualização monetária sobre outorga fixa	(1.374.595)	(1.472.822)
Juros sobre empréstimos	(148.055)	(171.981)
Juros sobre debêntures	(62.724)	(69.544)
Outros	(44.922)	(22.663)
Total	(1.630.296)	(1.737.010)
Total do resultado financeiro	(1.344.719)	(1.394.239)

### 19. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Concessionária baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações financeiras. As informações financeiras são regularmente revistas pela Administração da Concessionária para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance. Em 2024 a Concessionária apresentou receitas provenientes da transação com um único cliente igual a 13,9% de seu faturamento. Por operar um único segmento "concessão aeroportuária", a Administração concluiu e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

### 20. PLANO DE BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA

Em abril de 2014, a Concessionária tornou-se patrocinadora aderente do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social (Infraprev) - com a finalidade de viabilizar a manutenção do plano para a massa de empregados oriundos da Infraero, em cumprimento às disposições expressas no anexo 25 do Edital de leilão nº 2/2011 - contrato de concessão de Aeroportos nº 002/ANAC/2012 - SBGR Aeroporto Internacional de São Paulo Governador André Franco Montoro - Guarulhos - Capítulo XV - das disposições transitórias, item "15.3". O patrocinador aderente se obriga a custear o Plano CV contribuindo, em caráter obrigatório, na forma fixada anualmente no plano de custeio, compartilhando obrigações e responsabilidades decorrentes do plano referente à totalidade de seus empregados participantes. O plano de custeio será aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo do Infraprev, devendo constar o regime financeiro e o cálculo atuarial. O Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) (IAS 19) determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá se reverter em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro. Na última avaliação atuarial realizada não foi identificado passivo atuarial líquido relevante.

### 21. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2024, a Concessionária mantém apólices de seguros com vigência mínima de 12 meses que garantem continuidade e eficácia das operações realizadas no aeroporto, como seguro de responsabilidade civil aeroportuária, seguro de riscos operacionais, garantia de obrigações públicas, seguro de vida bombeiros, seguros de riscos diversos (equipamentos móveis - combate a incêndio) e seguro de frota operacional (carros de apoio ao aeroporto). As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de revisão das demonstrações financeiras intermediárias e, consequentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

	R\$ Mil				
Limite máximo					
Moeda de indenização	Início	Limite	Seguradora		
Riscos operacionais	BRL	1.742.349	mai/24	mai/25	Tokio Marine
Garantia de obrigações públicas	BRL	861.602	jun/24	jun/25	Potential
D&O*	BRL	100.000	mai/24	mai/25	Berkley International
Aeronáutico - Drones	BRL	2.000	nov/24	nov/25	Mapfre
Seguro de frota	BRL	600	mai/24	mai/25	Tokio Marine

Responsabilidade civil de proprietários e operadores de aeroportos USD 500.000 dez/24 dez/25 Starr International

\*A Concessionária tem participação na apólice de seguro D&O do grupo INVEPAR.

### 22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Concessionária foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de

diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Concessionária não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Concessionária não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira. Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2024 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, valores a receber, investimentos, empréstimos e financiamentos, debêntures e concessão de serviço público. a) **Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos:** Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo: • Hierarquia do valor justo: A Concessionária usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros: Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Nível 2: outorgas técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente. Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

### Instrumentos financeiros



Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.

CNPJ 15.578.569/0001-06

* continuação		<b>Diretoria</b>		<b>Contador</b>	
Oswaldo Garcia - Diretor-Presidente Marcus Vinícius Figur da Rosa - Diretor Financeiro, Relações com Investidores e TI Paulo Alexandre Barbosa Souza - Diretor de Operação de Cargas		Georges Chaoubah - Diretor de Operações Ana Maria Erica - Diretora Administrativa		Rodrigo Sampaio Kumasaka Contador CRC ISP 250.067/O-7	
<b>Conselho de Administração</b>					
Antonio Augusto de Miranda e Souza Aparecido Luiz da Silva Daniel Almeida Bogado Leite		Danilo Ferreira da Silva João Luiz Fukunaga José Ricardo Pontes Borges		Julio Cezar Troiano Zogbi Peterson de Souza Jesus Tomé Barros Monteiro de Franca	

**Parcer do Conselho Fiscal**

“1. O Conselho Fiscal da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada em 18 de março de 2025, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, e as respectivas Notas Explicativas, bem como a proposta de destinação dos resultados do exercício, elaborados na forma da Lei nº 6.404/76 e o correspondente Relatório dos Auditores Independentes emitido pela empresa de auditoria externa Forvis Mazars Auditores Independentes, todos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2. O exame dos referidos documentos e informações acima mencionados foi completado por análises de documentos e, substancialmente, por informações e esclarecimentos prestados aos membros do Conselho Fiscal pelos Auditores Independentes e pela Administração da Concessionária. 3. Desta forma e com base nos trabalhos e nos esclarecimentos prestados pelos Auditores Independentes e no seu Relatório, emitido sem ressalvas e, ainda, nos esclarecimentos prestados pela administração da Concessionária, este Conselho Fiscal, pela unanimidade de seus membros, concluiu que os documentos acima refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Concessionária e estão em condições de serem submetidos para deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos acionistas que os examinará.”

Guarulhos, 20 de março de 2025  
**Eduardo de Abreu e Lima** - Presidente e Membro do Conselho Fiscal  
**Paula Ketty Lima Villalobos** - Membro do Conselho Fiscal  
**Júlia Lopes da Silva Nascimento** - Membro do Conselho Fiscal

**Relatório dos Auditores Independentes**

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.**, Guarulhos - SP: **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriamos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incerteza relevante relacionada a uma continuidade operacional:** Chamamos atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia apresentou patrimônio líquido (passivo a descoberto) negativo em R\$ 3.202.249 mil (R\$ 3.228.472 mil em 31 de dezembro de 2023) e o passivo circulante excedia o ativo circulante em R\$ 4.619 mil (R\$ 841.141 mil em 31 de dezembro de 2023). A Administração considera o pressuposto da continuidade operacional da Companhia, pois com base nos seus estudos e projeções a situação patrimonial e financeira descritas acima é prevista no plano de negócios, que indica que a Companhia gerará recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível. Adicionalmente, além do fluxo de caixa das operações projetado para os próximos doze meses ser positivo, a Companhia possui saídas de contas vinculadas destinadas ao pagamento da Outorga; bem como conta com o suporte financeiro dos seus acionistas para fazer frente aos compromissos de caixa, especificamente relacionados às obrigações de curto prazo junto ao BNDES, contrato este vinculado às obrigações da Outorga. Em 31 de dezembro de 2024, tais questões indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre a continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada a uma continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório. **Avaliação do valor recuperável do ativo intangível relacionado à concessão:** Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria: Conforme descrito na nota explicativa 9 - “Intangível”, a Companhia possui montante significativo de ativos não financeiros relacionados à sua concessão, cujo saldo em 31 de dezembro de 2024 era de R\$ 10.459.214 mil (R\$ 11.392.214 mil em 31 de dezembro de 2023). Em 31 de dezembro de 2024, a situação financeira da Companhia indicava que o valor contábil desse ativo poderia exceder seu valor recuperável e, por esse motivo, a administração da Companhia realizou novo teste de avaliação do valor recuperável do ativo intangível com premissas atualizadas de 2024. Esse tema foi considerado novamente como uma área crítica em nossa abordagem de auditoria durante 2024, tendo em vista que as estimativas e projeções presentes na avaliação do valor recuperável são intrinsecamente sujeitas a incertezas e diversos eventos ou fatores que estão além do controle da administração, especialmente aqueles cuja ocorrência depende de eventos futuros e incertos, que podem trazer impactos significativos na elaboração das demonstrações financeiras. Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras: Com o auxílio de nossos especialistas internos em avaliação econômico-financeira procedemos com os seguintes testes durante nossos procedimentos de auditoria: (i) revisamos a metodologia adotada para elaboração do estudo e avaliamos se os dados considerados no estudo eram as melhores informações disponíveis e se foram consideradas sobre as práticas de mercado observáveis; (ii) revisamos e desafiamos as principais premissas utilizadas pela administração, considerando o ambiente econômico geral, incluindo os impactos causados pela pandemia nos negócios e no planejamento da Companhia, avaliamos também as expectativas dos analistas, as premissas utilizadas no estudo anterior e seu desempenho quando comparadas com o resultado efetivamente obtido com as informações históricas utilizadas; e (iii) avaliamos o risco associado com o fluxo de caixa e seu efeito relacionado à taxa de desconto, objetivando analisar a razoabilidade da taxa de desconto aplicada sobre os fluxos de caixa do modelo preparados pela Companhia, levando em conta seu cálculo matemático e a utilização de melhores premissas para cálculo da taxa. Também como parte de um dos procedimentos aplicados, elaboramos uma análise de sensibilidade independente considerando um cenário mais conservador e comparamos com o valor recuperável obtido no estudo elaborado pela administração da Companhia, com o objetivo de avaliarmos a recuperabilidade do ativo

em um cenário menos favorável. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências obtidas que suportaram nossos procedimentos de auditoria, consideramos que a avaliação do valor recuperável, elaborada pela administração da Companhia, está adequada no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo. **Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos:** Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria: Conforme descrito na nota explicativa 7 - “Impostos, taxas e contribuições” subitem (b), em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos o montante de R\$ 1.368.770 mil (R\$ 1.342.240 mil em 31 de dezembro de 2023), provenientes de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que foram considerados pela Companhia como recuperáveis com base em estudos realizados de projeção de geração de lucros tributáveis futuros. Esse tema foi novamente considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria de 2024, devido à subjetividade e julgamento envolvidos na elaboração da estimativa de lucro tributável futuro, que considera projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros. Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras: Com o auxílio de nossos especialistas internos em avaliação econômico-financeira, avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar a suficiência da projeção de lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e bases negativas não utilizados poderiam ser utilizados, incluindo as projeções operacionais, financeiras, dados macroeconômicos, do setor e de participantes de mercado, e efetuamos análise de sensibilidade das premissas mais significativas utilizadas. Envolvermos também os nossos especialistas em tributos para validação da razoabilidade da base de cálculo dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e avaliação quanto aos aspectos qualitativos e quantitativos das diferenças temporárias. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos aceitáveis os critérios e premissas utilizados pela Companhia na avaliação do valor dos saldos do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo. **Constituição de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD):** Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria: Conforme descrito na nota explicativa 6 - “Contas a receber”, em 31 de dezembro de 2024 a Companhia, apresenta um saldo elevado de perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa, esse tema foi considerado como uma área crítica e de risco em nossa abordagem de auditoria durante 2024, por ser ainda uma estimativa contábil com valor significativo. Essa classificação deve-se pelo fato de que o cálculo das perdas estimadas para crédito de liquidação duvidosa envolve julgamentos significativos sobre os critérios e premissas utilizadas, devido ainda aos impactos diretos da pandemia, que estão além do controle da administração e que podem trazer impactos significativos na elaboração das demonstrações financeiras. Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento com responsáveis da administração sobre os principais critérios envolvidos na elaboração das premissas para cálculo da estimativa de perda esperada do contas a receber; (ii) avaliação das estimativas utilizadas pela administração em relação às perdas esperadas contabilizadas; (iii) análise da integridade das bases de cálculo utilizadas; (iv) testes em bases amostrais com o objetivo de validar o histórico de perda; (v) recálculo matemático dos índices de inadimplência; (vi) inspeção, em base amostral, das documentações que suportavam negociações realizadas com clientes; e realização de testes de avaliação de eventos subsequentes, em base amostral, (recebimentos subsequentes), ocorridos até a data de nosso relatório, para verificar se havia necessidade de complemento na provisão inicialmente constituída. Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos aceitáveis as premissas e critérios utilizados pela administração para constituição da perda esperada com crédito de liquidação duvidosa e respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo. **Outros assuntos. Demonstração do valor adicionado:** A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar

esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumpriamos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 20 de março de 2025  
**Forvis Mazars Auditores Independentes - Sociedade Simples Ltda.**  
 CRC 2 SP023701/O-8  
**Franclane Heloisa Moraes Messias**  
 Contadora CRC 1SP262973/O-6  
**Tibério Melo**  
 Contador CRC 1SP313893/O-2

# GRU AIRPORT AEROPORTO INTERNACIONAL DE SÃO PAULO

## NOSSO ANO EM NÚMEROS 2024

